

Dimensão simbólica do Neoliberalismo no Brasil: o Instituto Liberal e a cidadania como liberdade de consumo

Flávio Henrique Calheiros Casimiro

Pró-Reitoria de Ensino do Instituto Federal de Educação Ciência e
Tecnologia do Sul de Minas Gerais
flavioaiero@gmail.com

Resumo

O cerne da proposta consiste em discutir o processo de construção e difusão do projeto hegemônico neoliberal no Brasil, tendo como objeto de pesquisa a atuação dos intelectuais orgânicos do Instituto Liberal. A proposta concentra-se nas estratégias discursivo-ideológicas adotadas por esses intelectuais que objetivavam a construção de consenso e a naturalização do discurso neoconservador liberal, em meados dos anos 80. A partir dessa perspectiva, entendemos que o conceito de cidadania foi apropriado e ressignificado pela ideologia neoliberal, configurando-se como um desdobramento das lutas simbólicas para a construção e legitimação de seu projeto hegemônico. Pautados na perspectiva teórico-metodológica da História do Tempo Presente, trabalhamos com a concepção de culturas políticas como um sistema de representações capaz de compreender os sentidos que determinado grupo atribui a uma dada realidade social.

Palavras-chave: Instituto Liberal, Neoliberalismo, cidadania

Abstract

The core of this proposal consists of discussing the development and diffusion process of the neoliberal hegemony project in Brazil, having the performance of the organic intellectuals of the Instituto Liberal as the object of research. The proposal focuses on the discursive-ideological strategies adopted by these scholars who aimed at the construction of consensus and the naturalization of the liberal neoconservative speech, around the 80s. Through this perspective, we understand that the concept of citizenship has been improved and given a new meaning by the neoliberal ideology, being displayed as an unfoldment of the symbolic struggles towards the construction and legitimation of its hegemonic project. Taking in consideration the theoretical-methodological perspective of the Present Time History, we have worked with the conception of political cultures as a system of representations which is able to understand the meanings that have been attributed by a specific group to a certain social reality.

Keywords: Liberal Institute, Neoliberalism, citizenship

O contexto brasileiro

Na década de 1980, a sociedade brasileira passou por um importante processo de politização que pode ser percebido na organização e mobilização das diferentes forças sociais do país, assim como na luta política que se desenvolveu por meio de uma série de movimentos. Entre esses acontecimentos podemos destacar a Campanha das Diretas, em 1984; a eleição indireta de Tancredo Neves; a instauração da Nova República, em 1985; as eleições para a Constituinte, em 1986; o debate que se travou no Congresso Constituinte até a promulgação da nova Carta, em 1988; a campanha para a Presidência da República, em 1989; o *impeachment* de Collor, em 1992; para citar apenas os fatos políticos mais difundidos nos meios midiáticos. Mas o recrudescimento das lutas na sociedade civil, assim como suas repercussões na ampliação da esfera pública e nas mudanças institucionais, começou antes. Lançam raízes na segunda metade dos anos de 1970, com a emergência dos então chamados “novos movimentos sociais”, o “novo sindicalismo”, os surtos de greve pelo país, a própria atuação da Igreja por meio das CEBs e etc. Essas transformações forçaram certo arejamento da esfera pública e algumas mudanças institucionais, como a promulgação da lei da anistia, a reforma partidária. Então, o quadro político-social visto na década de 1980 teve, entre outros aspectos, uma importante influência do acúmulo de lutas da segunda metade dos anos 1970.

Esse processo abriu no Brasil fortes expectativas de que a abertura no bloco de poder permitisse avanços no processo de democratização do Estado e de socialização da política, além de ampliar o espaço de debate político, nas dinâmicas decisórias e no processo de repartição dos recursos de poder. Portanto, a ideia de cidadania significava, aqui, reconquista de antigos direitos, assim como a conquista e universalização de novos direitos civis, políticos e sociais.

Contrariando tais expectativas, a conjuntura dos anos 90 aponta para uma mudança no referencial de cidadania e o crescimento de uma mentalidade extremamente consumista, pautada na valorização demasiada da imagem e da *performance* individual. Essas ideias ganharam um caráter de verdadeiro “senso comum”, sendo amplamente difundidas no conjunto da sociedade brasileira.

Quais elementos teriam sido responsáveis por este deslocamento do conceito de cidadania? De que forma operou-se, na sociedade brasileira, a construção e a difusão dos valores dessa concepção de mundo? E como estes valores, vinculados a determinada classe social foram universalizados e se transformaram em um projeto hegemônico?

O cerne deste trabalho consiste em analisar a dimensão simbólica da construção e difusão da ideologia neoliberal no Brasil, analisando a atuação de seus intelectuais orgânicos vinculados ao chamado Instituto Liberal (IL). Destarte, a proposta concentra-se nas estratégias discursivo-ideológicas adotadas pelos

agentes ligados ao Instituto Liberal que objetivavam a naturalização do discurso neoconservador liberal, em meados dos anos 80. A partir dessa perspectiva, entendemos que o conceito de cidadania foi apropriado e ressignificado pela ideologia neoliberal, configurando-se como um desdobramento das lutas simbólicas para a construção e legitimação de seu projeto hegemônico.

As lutas simbólicas para a construção de um projeto hegemônico

A luta pela hegemonia na sociedade pressupõe a construção de um universo intersubjetivo de crenças e valores. Na concepção gramsciana, a hegemonia passa pela persuasão e o estabelecimento de consenso. A classe burguesa moderna, na visão de Gramsci, se perpetua através de operações de hegemonia – isto é, através das atividades e iniciativas de uma ampla rede de organizações culturais, movimentos políticos e instituições educacionais (eu acrescentaria a essa lista os meios midiáticos) que difundem sua concepção do mundo e seus valores capilarmente pela sociedade. Dessa forma, “*os portadores materiais da sociedade civil são o que Gramsci chama de ‘aparelhos privados de hegemonia’, ou seja organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política*”.¹ Como a

construção da hegemonia é uma relação pedagógica, que demanda a elaboração de consenso pela ação persuasiva de seus agentes, o papel dos intelectuais orgânicos no âmbito da sociedade civil é fundamental para a legitimação de um projeto hegemônico. Por esse entendimento, nossa concepção de intelectual orgânico está embasada na visão gramsciana, já que este não se define pelo seu grau de escolaridade ou erudição, mas sim pelo seu tipo de ação, isto é, pela função que exerce no “trabalho” de construção da base de consenso na sociedade.

A investigação parte da análise dos discursos dos intelectuais do Instituto Liberal do Rio de Janeiro, considerando-os como intelectuais orgânicos de certas frações da burguesia. Para tanto é fundamental o levantamento de um grupo articulador do Instituto, o grupo que aglutina os diferentes interesses e estabelece as diretrizes de atuação. Consideramos importante entendermos a ação dos agentes ligados ao IL a partir do conceito desenvolvido por René Dreifuss de “elites orgânicas”. O conceito, que parte de uma análise de Gramsci, mostra-se fundamental para explicar como uma classe economicamente dominante se organiza para desenvolver a ação política necessária para assegurar a direção política e ideológica da sociedade. De acordo com Dreifuss, elites orgânicas são “(...) agentes coletivos político-ideológicos, especializados no planejamento estratégico e na implementação da ação política de classe, através de cuja ação se exerce o

¹ COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 77.

poder de classe”.² Como afirma a cientista social Denise Gros,

os Institutos Liberais surgem no cenário nacional como uma organização com forte influência de modelos externos e como estratégia dos setores de capital mais concentrados e vinculados aos capitais financeiros nacional e internacional, com o objetivo de difundir seus valores entre a burguesia e na sociedade em geral. A inspiração externa dos Institutos Liberais é o movimento neoliberal internacional, que se insere na articulação das forças conservadoras no mundo a partir dos anos 70 e 80. A doutrina desse movimento se fundamenta na Escola Austríaca de Economia, que defende um liberalismo ultraconservador, muito distante das formulações do liberalismo clássico. Dada a forte relação entre a burguesia e o Estado ao longo de toda a história do capitalismo brasileiro, assim como a sua adesão tardia à saída pactuada da ordem autoritária, é possível perceber que a ideologia liberal que a burguesia adota é a sua vertente mais conservadora, o que demonstra certa continuidade com as ideologias burguesas históricas do País, nas quais os traços autoritários e conservadores predominaram sobre os progressistas e democratizantes.³

A partir da análise dos discursos desses intelectuais, buscamos realizar um levantamento de suas estratégias se-

mânticas, assim como dos mecanismos de difusão de que se utilizavam. Para tanto, pesquisamos algumas das publicações do IL produzidas a partir de 1983, data de fundação da instituição no Rio de Janeiro, que mais tarde se espalhou por várias regiões do país. Diante do grande e variado número de estratégias de difusão do pensamento neoliberal adotadas pelo IL, elencamos para nossa discussão algumas das conferências e seminários organizados pelo instituto, que posteriormente foram publicados e distribuídos em instituições educacionais, associações comerciais e outros “aparelhos privados de hegemonia” (essas publicações são denominadas Conferências do IL). A partir da análise dessas conferências, buscamos encontrar informações que respondam questões como: quais são os agentes propagadores dessa ideologia? Ou seja, quais são os intelectuais orgânicos ligados ao Instituto Liberal? Quais são as estratégias semânticas de legitimação do discurso neoliberal adotadas por esses intelectuais orgânicos? Onde e para quais públicos essas conferências foram realizadas? E quais as instituições financiadoras desses eventos?

Pautados na noção de “cultura política”, procuramos perceber a construção de um discurso neoliberal no Brasil. Acompanhamos como se deu, no início da década de 1990, a adesão da política brasileira ao discurso hegemônico neoliberal, que, segundo os defensores dessa concepção, garantiria aos grandes países da periferia uma nova era de prosperidade, a partir das políticas de “abrir, privatizar e estabilizar”,

² DREIFUSS, René. *1964: A conquista do Estado; ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 24.

³ GROS, Denise Barbosa. *Institutos Liberais e Neoliberalismo no Brasil da Nova República*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heureser, 2003. (teses FEE n. 6). p. 20.

receituário batizado na América Latina como “Consenso de Washington”. A *Dama de Ferro*, Margaret Thatcher, sintetiza bem o sentido do novo credo neoliberal: “*Não há e nem nunca houve essa coisa chamada sociedade, o que há e sempre haverá são indivíduos*”. Fórmula que ela completou com um princípio lapidar de fundo moral para abençoar o consumismo e o espírito da concorrência agressiva: “*a ganância é um bem*”.⁴ Entretanto, como atesta Pierre Bourdieu, “o *“thatcherismo” não nasceu com a Sra. Thacher. Ele foi longamente preparado por grupos de intelectuais que dispunham, em sua maioria, de espaço em grandes jornais*”⁵. No mesmo sentido, no caso brasileiro, as ideias liberais foram difundidas e estrategicamente legitimadas, nos anos 80, pela ação consciente e metódica de intelectuais e instituições, que por sua vez, constituem-se como “*redes elementares*”⁶ para a produção intelectual. De acordo com a cientista social Denise Gros:

⁴ SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. (Virando Séculos; 7), p. 36.

⁵ BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 43.

⁶ Jean-François Sirinelli afirma que o meio intelectual constitui, ao menos para seu núcleo central, um pequeno mundo estreito, onde os laços se atam, por exemplo, em torno de uma revista ou do conselho editorial de uma editora. O autor define estes espaços como redes. Tais estruturas, ao mesmo tempo em que constituem um observatório de primeiro plano da sociabilidade de microcosmos intelectuais, são, aliás, um lugar precioso para a análise do movimento das ideias e um espaço de fermentação intelectual. SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p.248-249.

A argumentação liberal vem sendo utilizada periodicamente por frações dessa burguesia para clamar contra a intervenção do Estado na economia. Os meios acadêmicos e políticos também produziram pensadores liberais do peso de Eugenio Gudín, Roberto Campos e José Guilherme Merquior, dentre outros.⁷

A luta simbólica pelo significado da cidadania

O debate em torno do conceito de cidadania passou a ganhar um importante espaço, tanto academicamente como no imaginário político dos anos 80 no Brasil. Como afirma Adela Cortina,⁸ multiplicaram-se as “teorias da cidadania”, em que encontramos referências como: cidadania política; cidadania transnacional, no caso de comunidades supra Estatais; cidadania cosmopolita, como referência necessária de uma república mundial. De nossa parte, mais do que propor (mais) uma noção de cidadania como conceito fechado, definido e portador de uma dimensão supra histórica e atemporal, parece-nos analiticamente mais proveitoso pensá-la como um conceito diretamente relacionado à especificidade de seu tempo, ou seja, numa perspectiva que contempla seu pertencimento histórico-social e considerando seus vínculos com o modo dominante de produção da vida social, compreenden-

⁷ GROS, *op. cit.*, p. 41.

⁸ O trabalho de Adela Cortina traz o debate em torno dos diferentes significados e apropriações da noção de cidadania. CORTINA, Adela. *Cidadãos do Mundo: para uma teoria da cidadania*. São Paulo: Loyola, 2005.

do, assim, sua representação enquanto um desdobramento da cultura política.

Segundo Haroldo Abreu,⁹ a cidadania entendida como modo de pertencimento e de participação na ordem existente não se edifica, portanto, a partir dos direitos e deveres dos indivíduos diante da superestrutura jurídica vigente, como supõem o senso comum, as teorias do direito e as principais vertentes do pensamento social dominante. Tendo em vista que diferentes culturas políticas convivem e confrontam-se mutuamente com o objetivo de se consolidar enquanto projeto hegemônico de sociedade, da mesma forma diferentes concepções de cidadania convivem em uma mesma conjuntura histórica, constituindo-se como um desdobramento do embate entre as diferentes culturas políticas em disputa. Dessa forma, também podemos entender a noção de cidadania a partir de uma dimensão simbólica, considerando as lutas simbólicas que se travam pela afirmação social de seus significados como processos-chave para o entendimento da consolidação de um determinado projeto hegemônico.

De acordo com a historiadora Ângela de Castro Gomes, em certas condições históricas temos a hegemonização de determinada cultura política. Essa constatação não implica em dizer que não haja projetos contra-hegemônicos ou culturas de resistência, mas afirma a capacidade de persuasão e legitimação

⁹ ABREU, Haroldo. *Para além dos Direitos: Cidadania e Hegemonia no Mundo Moderno*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

de uma cultura política dominante sobre as demais. Assim, afirma a historiadora, “*competindo entre si, complementando-se, entrando em rota de colisão, sua multiplicidade não impediria, contudo, a possibilidade de emergência de uma cultura política dominante em certas conjunturas específicas.*”¹⁰

A década de 1980 constitui-se, no Brasil, como uma conjuntura específica de embates entre diferentes forças no imaginário político. À medida que crescia, desde a década anterior, a resistência política contra as forças ditatoriais, fortalecia-se, por sua vez, o significado da cidadania como discurso de lutas por direitos civis, políticos e sociais. Como afirma Haroldo Abreu, a cultura de direitos apontava para uma cidadania que não tínhamos “*e que, do ponto de vista dos meios de objetivação de amplas liberdades públicas e de uma participação política [...] incorporasse os subalternos ao bem estar e às conquistas civilizatórias.*”¹¹

Como ressalta o autor, essa cultura conquistou os trabalhadores das grandes fábricas e de muitos bairros periféricos das principais cidades, os estudantes universitários e associações civis, transbordando para as ruas. Esse processo de politização com as lutas em torno da redemocratização do país, característico dessa década, configura-se como um campo de batalhas

¹⁰ GOMES, Ângela de Castro. “Cultura Política e Cultura Histórica no Estado Novo”. In: ABREU, Martha, RACHEL, Soihet e GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura Política e Leituras do Passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 48.

¹¹ ABREU, 2008 *op. cit.*, p.11.

ideal para o embate entre as diferentes culturas políticas, assim como seu desdobramento simbólico em torno da significação da cidadania. Nos debates diante do processo constituinte, as diversas concepções de cidadania se articularam em blocos e sub-blocos políticos que disputaram o sentido constitutivo da cidadania e sua objetivação nas formas jurídico-institucionais.

Nessa conjuntura, a cidadania pode ser contemplada não somente como um desdobramento da cultura política, mas também como um instrumento fundamental, no que diz respeito às estratégias discursivo-ideológicas, para a constituição e legitimação de um projeto hegemônico neoliberal. Como afirmado acima, os debates em torno da cidadania representavam a luta por direitos sociais e ampliação da esfera de participação política, num momento em que o país passava por um importante processo de politização. Assim sendo, a percepção de cidadania tratava-se de um discurso de mobilização social, constituindo-se como um elemento central no imaginário político. Essas afirmações soam de forma contraditória, uma vez que a concepção de cidadania discutida e almejada no período é totalmente oposta às propostas desestatizantes e despolitizantes da doutrina neoliberal. É justamente nesse ponto que podemos encontrar a dimensão simbólica do conceito de cidadania nestes embates. Para essa afirmação do projeto neoliberal, o conceito de cidadania foi ressignificado e reapropriado pelos defensores da concepção de mundo neoliberal.

Os liberais, para alcançarem seus objetivos de construção e legitimação

de seu projeto de sociedade no Brasil, não poderiam, nessa conjuntura, simplesmente ignorar, negar ou opor-se frontalmente à noção de cidadania, tal como vinha sendo construída pelos atores que lutaram pela redemocratização política e que propugnavam pela efetivação de direitos sociais. Pelo contrário, a estratégia mais eficaz parecia ser a de se apropriar do termo e operar um deslocamento semântico, de forma que não se explicitasse a forte ruptura simbólica que se pretendia estabelecer. Dessa feita, a cidadania foi incorporada pelo discurso neoliberal com um sentido de obrigação civil do indivíduo consumidor, tendo sua significação ampliada e despolitizada. Assim, essa noção de cidadania, naturalizada como senso comum, como afirma Haroldo Abreu, “*se processou de forma contraditória e híbrida sob o manto de um estranhamento crescente entre indivíduo e totalidade social*”.¹² Por conseguinte, apontamos que a noção de cidadania estabeleceu uma relação dialética com o imaginário político, na medida em que se constituiu tanto como um desdobramento, quanto como mecanismo de afirmação de uma cultura política.

A atuação do Instituto Liberal no processo de construção do discurso neoliberal no Brasil

Nesse quadro de lutas simbólicas em prol da legitimação de um novo projeto de sociedade, no contexto de redemocratiza-

¹² ABREU, 2008 *op. cit.*, p. 20.

ção do país, nos anos 80, podemos constatar a articulação dos agentes e instituições do bloco dominante da sociedade no sentido de uma reorganização e redefinição de suas bases de poder. Diante do processo de deslegitimação do regime ditatorial, essas frações dominantes passaram a investir seus esforços na construção e difusão de uma ideologia neoconservadora liberal no Brasil, com o intuito de manutenção de suas posições no campo de poder político-econômico. Dessa forma, temos todo um trabalho de doutrinação ideológica que utiliza, principalmente, os veículos midiáticos e a organização de instituições, como, no caso em análise, a criação do Instituto Liberal (IL). Fundado em 1983 na cidade do Rio de Janeiro, o Instituto Liberal tem como fundamento básico a difusão do pensamento liberal no Brasil.

O INSTITUTO tem por objetivo promover a pesquisa, a produção e a divulgação de ideias, teorias e conceitos sobre as vantagens de uma sociedade baseada na democracia representativa, no plano econômico, na máxima descentralização do poder, no plano administrativo; sobre as vantagens de uma sociedade estruturada de acordo com os princípios da livre iniciativa, da propriedade privada, do lucro e da responsabilidade individual.¹³

Segundo dados do próprio Instituto Liberal¹⁴, foram realizadas, entre 1983 e

1993, mais de 500 conferências e seminários em todo território nacional, contando com a participação de 169 conferencistas ligados ao IL. A tabela I (nos anexos) traz a relação dos principais conferencistas do IL entre 1983 e 1993. A partir de 1987, o Instituto Liberal passou a publicar algumas de suas principais conferências, disponibilizando-as para os associados e mantenedores, associações comerciais ligadas ao instituto, instituições educacionais, além de outras que porventura se interessassem em adquiri-las.

Em novembro de 1985, foi realizada, na Associação Comercial do Rio de Janeiro, a conferência do Instituto Liberal, proferida pelo escritor francês Guy Sorman, denominada “A Solução Liberal”. O reconhecido filósofo José Guilherme Merquior classifica o intelectual francês Guy Sorman como um importante representante da renovação do pensamento liberal.¹⁵ Essa conferência assumiu importante status em meio aos pensadores liberais brasileiros, devido à presença do ilustre convidado internacional. O texto da conferência, publicado em maio de 1988, discute a ideologia neoliberal como a alternativa única para a resolução da crise político-econômica que o país atravessava nos anos 80. Assentado numa suposta racionalidade e objetividade, Guy Sorman tenta descaracterizar qualquer outro projeto de sociedade, segundo a retórica de que “*não há alternativas ao*

¹³ SORMAN, Guy. *A solução Liberal*. (Conferências do IL). Rio de Janeiro: Publicação do Instituto Liberal, 1988, p.21.

¹⁴ 1983-1993 Instituto Liberal. Os primeiros 10 anos. *Revista Instituto Liberal*. Rio de Janeiro: Publicação do IL. Volume único, 1993, p. 14.

¹⁵ Essa afirmação de José Guilherme Merquior a respeito do francês Guy Sorman, consta em sua conferência pelo IL, realizada no Rio Grande do Sul, “Algumas Reflexões sobre os liberalismos contemporâneos”, 1986, p. 6.

modelo neoliberal". Esse seria o único capaz de modernizar o país, de inserir o Brasil em um projeto global de desenvolvimento humano. Afirma ainda que o liberalismo é antes de tudo uma atitude racional: "*Pode-se definir o liberalismo como a primazia da ordem espontânea, em oposição ao domínio da ordem setorizada, intervencionista, estatizante. Em suma, o liberalismo, na verdade, é uma atitude racional de observação histórica*".¹⁶ Primeiramente, o que nós podemos perceber é a posição cínica do chamado pensamento único. Bourdieu critica essa argumentação ideológica travestida de uma racionalidade científica e objetiva. Para ele, o neoliberalismo teria se tornado "*a forma suprema da sociodiceia conservadora que se anunciava há trinta anos, sob o nome de 'Fim das Ideologias' ou, mais recentemente, de 'Fim da História'*".¹⁷

Sorman argumenta que o liberalismo se baseia em uma atitude de observação e de um exame da história do desenvolvimento das sociedades e que, como conclusão, entende-se que o papel do indivíduo é livre e criador. Além disso:

é fato que, em todas as sociedades em que o indivíduo é livre, há o desenvolvimento do progresso. Não apenas do progresso econômico, mas também do social, do artístico e cultural. Não existe progresso nas sociedades bloqueadas em que o indivíduo é cerceado, reprimido, constrangido.¹⁸

A discussão aqui não diz respeito à luta pela liberdade, como supostamente possa parecer, mas à consideração arbitrária da liberdade como uma antítese do Estado. É a afirmação de que não há liberdade na esfera do Estado, mas unicamente na instância do mercado. O mercado, nessa concepção, é o reduto da liberdade, da modernidade, da autorrealização e da eficiência. Ao Estado cabe a única função que é capaz de realizar, que seria a manutenção da ordem e da segurança. O autor não leva em consideração que o Estado, em todos os países é, em parte, o resultado de conquistas nas realidades sociais. E, como afirma Pierre Bourdieu, "*o Estado não é completamente neutro, completamente independente dos dominantes, mas tem uma autonomia tanto maior quanto mais antigo ele for, quanto mais forte, quanto mais conquistas sociais importantes tiver registrado em suas estruturas etc.*"¹⁹ Sorman, assim como os defensores da ideologia neoliberal, não reconhece o papel do Estado como garantidor das conquistas e direitos sociais. Por outro lado, se este discurso de liberdade de Guy Sorman referia-se ao regime militar e sua opressão política, na verdade tratar-se-ia de um grande cinismo, uma vez que os mesmos grupos dominantes que se favoreceram e ganharam poder econômico no período ditatorial agora estão redefinindo suas bases de manutenção no poder e assim se portando como defensores do neoliberalismo. Na verdade, se trata

¹⁶ SORMAN, *op. cit.*, p. 7.

¹⁷ BOURDIEU, *op. cit.*, p. 50.

¹⁸ SORMAN, *op. cit.*, p. 6.

¹⁹ BOURDIEU, *op. cit.*, p. 48.

de um rearranjo das forças no próprio bloco dominante, agora sob o manto de uma suposta racionalidade do pensamento neoliberal.

Como afirma o liberal francês, se a liberdade só se expressa no mercado, da mesma forma a cidadania também só se realizaria na liberdade de consumo. Dessa forma, a cidadania, muito mais que uma representação de atuação política e luta por direitos civis e sociais, passa a significar, na ideologia neoliberal, a liberdade de escolha de consumo.

A liberdade de escolha se pauta em um princípio filosófico e em um princípio de organização prática. O primeiro indica como única finalidade da política a ação no sentido de demonstrar que os cidadãos têm liberdade de escolha. Como, infelizmente, ainda não é dado aos indivíduos gozar de um regime de liberdade, é preciso procurar aumentar cada vez mais suas possibilidades de escolha política enquanto cidadãos que vivem numa democracia, sua liberdade de escolha enquanto consumidores, sua liberdade de escolha enquanto trabalhadores.

A liberdade de escolha, no entanto, não é apenas um princípio filosófico: ela consiste, na verdade, em um princípio muito prático, em um princípio operacional. Para se chegar a essa conclusão, basta constatar que, onde não existe liberdade de escolha, o Estado monopoliza os serviços. Mas os serviços públicos são extremamente caros e inefazes. A ineficácia econômica e os decorrentes problemas sociais coincidem sempre, em todos os lugares, com o monopólio da oferta e com a falta de possibilidades de escolha por parte do cidadão enquanto consumidor.

[...] Só dando total primazia à escolha do cidadão, se vai deixar atuar a natural e benéfica influência da economia de mercado. É preciso deixar espaço para que a livre escolha do cidadão-consumidor entre o sistema público e o privado venha a criar a imunidade necessária para obrigar os monopólios públicos a modificarem seu comportamento.²⁰

Nessa visão, a liberdade do indivíduo se expressa em sua capacidade e possibilidade de consumir. É a substituição do cidadão pelo consumidor. Ao criticar enfaticamente a interferência política nas esferas social, econômica e cultural, como afirma Pablo Gentili,²¹ os neoliberais questionam a própria noção de direito e a concepção de igualdade que serve (ao menos teoricamente) como fundamento filosófico da existência de uma esfera de direitos sociais nas sociedades democráticas. Dessa forma, o próprio conceito de cidadania em que se baseia a concepção universal e universalizante dos direitos humanos (políticos, sociais, econômicos, culturais etc.) teria gerado, segundo os neoliberais, um conjunto de falsas promessas que orientam ações coletivas e individuais, caracterizadas pela improdutividade e pela falta de reconhecimento social no valor individual da competição. É nessa concepção individualista e meritocrática de sociedade que se reconceitualiza a noção de cidadania, através de

²⁰ SORMAN, *op. cit.*, p. 20.

²¹ GENTILI, Pablo. *Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis: Vozes, 2001.

uma revalorização da ação do indivíduo enquanto proprietário. O modelo de homem neoliberal é o cidadão privatizado, é o cidadão consumidor.

Assim, o consenso atua como mecanismo fundamental para a despolitização, conduz a um consentimento passivo que funciona como *doxa*²² na geração de um sentimento de naturalidade civilizatória da ideologia neoliberal. Desorganizar, fragmentar, reforçar o privado, “seduzir” pela crescente oferta de bens de consumo e da extrema valorização midiática da performance individual são caminhos de busca da despolitização e passividade das massas, em nada coincidentes com a geração do consenso ativo e organizado a que faz referência Gramsci. Trata-se muito mais de um consentimento à própria despolitização, obtido através da instilação de um sentimento de inevitabilidade.

Por fim, Guy Sorman conclui sua conferência no Rio de Janeiro com um discurso fatalista, no qual se utiliza, mais uma vez, da retórica da inevitabilidade de um modelo de sociedade neoliberal.

Constata-se, hoje, a situação de decadência intelectual e ideológica de todos os outros projetos. Praticamente podemos afirmar que não há alternativa além do liberalismo, quando o que se busca é um projeto global. Ademais, é preciso considerar a extrema modernidade da filosofia liberal, uma vez que ela promove a reconciliação da democracia política com a democracia econômica. [...] Finalmente, seria bom esclarecer que não se pode permitir que o populismo e o nacionalismo, tão peculiares à América Latina, venham a atrapalhar o jogo político e econômico, fazendo o liberalismo parecer um produto de importação. É importante que isso não aconteça. É preciso que o liberalismo seja reinventado como tradição nacional. Vem daí a enorme importância do Instituto Liberal.²³

Essa nobreza de Estado, que prega a extinção do Estado e o reinado absoluto do mercado e do consumidor, substituto comercial do cidadão, assaltou o Estado: “*fez do bem público um bem privado, da coisa pública da república, uma coisa sua. [...] é preciso romper com a nova fé na inevitabilidade histórica que professam os teóricos do liberalismo.*”²⁴

Em 28 de setembro de 1987, foi realizada, na Escola Superior de Guerra, para a turma Dom Pedro II – ESG/73, no Rio de Janeiro, a conferência “A concorrência e a livre iniciativa”, proferida pelo presidente e fundador do Instituto Liberal do Rio de Janeiro, Donald Stewart Jr. O empresário destacou, entre outros temas, a justificação e legitimação do lu-

²² Segundo Bourdieu: “[La] doxa est une orthodoxie, une vision droite, dominante, qui ne s’est imposée qu’au terme des luttes contre des visions concurrentes... l’attitude naturelle’ dont parlent les phénoménologues, c’est-à-dire l’expérience première du monde du sens commun, est un rapport politiquement construit, comme les catégories de perception qui la rendent possible... la doxa est un point de vue particulier, le point de vue des dominants, qui se présente et s’impose comme point de vue universel; le point de vue de ceux qui dominent en dominant l’État et qui ont constitué leur point de vue en point de vue universel en faisant l’État” BOURDIEU, Pierre. *Raisons pratiques: sur la théorie de l’action*, Paris: Seuil 1994: 128-129.

²³ SORMAN, *op. cit.*, p. 20.

²⁴ BOURDIEU, *op. cit.*, 1998, p. 38-39.

cro, os males do intervencionismo Estatal e os benefícios da livre concorrência na sociedade de mercado.

Donald Stewart, ao defender a livre concorrência e iniciativa, ataca todas as formas de intervenção do Estado como sendo um roubo ao nosso futuro. Nesse sentido, o autor afirma que o intervencionismo “*rouba o futuro ao inibir o processo de descoberta. É um roubo sui generis, porque é um roubo em que a vítima nem percebe que está sendo roubada [...]*.”²⁵ E prossegue afirmando,

O raciocínio mais simplista do mundo – e as pessoas, muitas vezes, fazem-no até inconscientemente – é o de pretender reunir a riqueza existente hoje no Brasil e distribuí-la, equitativamente, entre toda a população. [...] Em pouco tempo, estaríamos muito mais pobres do que uma sociedade que não cometesse essa tolice. [...] Se a humanidade tivesse procedido dessa forma no século XVIII, não teria dobrado a sua expectativa de vida cem anos depois. Vidas, anos de vida teriam sido roubados.²⁶

Essa retórica, ilustrada por um exemplo exagerado e equivocado de distribuição de renda, se insere na concepção do Estado como um inibidor da liberdade, da criatividade e, por conseguinte, da capacidade inventiva fundamental para o desenvolvimento tecnológico e social. Todos estes atributos seriam

possíveis e reais somente no âmbito do mercado e com a retração máxima do Estado. Essa justificação tem como objetivo legitimar a desigualdade social, mediante o modelo de sociedade individualista e meritocrático neoliberal. Essa defesa do lucro e total separação entre Estado e “economia” visam a deslegitimar as conquistas sociais históricas asseguradas pelo Estado, para a promoção e ampliação da acumulação de capital pelo bloco dominante. Por esta lógica, o lucro é a “mola propulsora do progresso e do desenvolvimento” e a desigualdade social é uma expressão da desigualdade de mérito pessoal. O que não é levado em consideração por essa perspectiva é, primeiramente, que as desigualdades de “mérito” evidentemente se vinculam às desigualdades das condições sociais e, em segundo lugar, que os indivíduos, a partir de suas realidades sociais, não possuem sequer o mesmo universo de expectativa em relação às suas possibilidades de vida.

Os intelectuais neoliberais elaboram, sob a forma de consenso, um discurso fatalista, que consiste em transformar tendências econômicas em destino. Cabe ao historiador questionar e problematizar esse testemunho, no sentido de apontar as estratégias discursivas que introduzem informações fundamentais, na medida em que essas narrativas se constituem como signos ideológicos. “*O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes [...]. Tudo que é ideoló-*

²⁵ STEWART JR. Donald. STEWART JR, Donald. *A concorrência e a livre iniciativa*. (Conferências do IL). Rio de Janeiro: Publicação do Instituto Liberal, 1987, p. 15.

²⁶ Idem, p. 16.

*gico possui um valor semiótico.*²⁷ Nesse sentido, na análise dos discursos é preciso articular memória e conhecimento histórico, a fim de levantar e problematizar os artefatos ideológicos inseridos na narrativa. A concepção de culturas políticas propõe um sistema de representações capaz de compreender os sentidos que determinado grupo atribui a uma dada realidade social, bem como o papel fundamental exercido por uma cultura histórica para a significação e legitimação de um dado discurso.

Outro aspecto importante em relação a essa conferência diz respeito ao público a que se destinou o evento. Tanto a conferência proferida por Guy Sorman para a Associação Comercial do Rio de Janeiro como todas as demais conferências e seminários realizados pelo Instituto têm como objetivo atingir públicos formadores de opinião. Por essa estratégia, os intelectuais orgânicos do IL tinham como objetivo capilarizar o discurso neoliberal, a partir da persuasão de novos formadores de opinião.

Nesse sentido, temos em novembro 1986 as conferências: “Lições de uma economia informal: O Caso Peruano”, proferida por Enrique Ghesi; “Ninguém há de me obrigar a ser feliz a sua maneira”, ministrada por Arturo Fontaine Talavera; “Os fundamentos do Liberalismo”, por Armando de La Torre, com o apoio do Foro Latinoamericano; e “Algumas reflexões sobre os liberalismos

contemporâneos”, por José Guilherme Merquior. Todas realizadas pelo Ciclo de palestras “Os Fundamentos do Liberalismo”, organizado pelo IL do Rio de Janeiro e pelo IL do Rio Grande do Sul. Essas palestras visavam a atrair, além de agentes dos setores comerciais e industriais, setores da mídia, professores e universitários. Ou seja, agentes inscritos em instituições-chave das lutas pela hegemonia.

Em 1987 e novamente em 1992, foram realizadas conferências na Escola Superior de Guerra no Rio de Janeiro. A primeira, intitulada “A concorrência e a livre iniciativa” e a segunda, “Correntes do pensamento econômico”, ambas proferidas pelo presidente do Instituto Liberal, Donald Stewart Jr. E em setembro de 1992 foi realizada a palestra “Sistemas econômicos comparados”, proferida por Og Francisco Leme, na Escola de Guerra Naval, também no Rio de Janeiro. Essas conferências tinham como público alvo os setores Exército e da Marinha brasileira, que representam duas instituições de peso no que diz respeito ao objetivo de legitimação do projeto hegemônico neoliberal.

Em agosto 1989, com o patrocínio das empresas MESBLA, Monteiro Aranha S/A e do Grupo Eike F. Batista, se realizou, no Rio de Janeiro, a conferência “Experiência econômica no Chile”, ministrada por José Piñera. E, por fim, em agosto de 1992, realizou-se, na Universidade Santa Úrsula, no Rio de Janeiro, a conferência “Proteção constitucional aos direitos econômicos e de propriedade”,

²⁷ BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1995, p. 32.

pelo Doutor Bernard H. Siegan, *distinguished professor* de Direito da Universidade de San Diego.

Enfim, esses seminários e conferências demonstram a atuação diversificada e estratégica, adotada pelo Instituto Liberal, de construção e difusão da ideologia neoliberal. Sua atuação contemplou desde setores comerciais, professores e representantes universitários, instituições do Estado, como o Exército e Marinha, assim como grandes grupos empresariais, como MESBLA, Monteiro Aranha S/A e Grupo Eike F. Batista.

A presença desses grupos empresariais, assim como uma série de outras empresas e grupos financeiros que figuram entre os mantenedores do Instituto Liberal, demonstram quais setores ou estratos sociais o Instituto Liberal e seus intelectuais representam e compactuam organicamente. Na tabela II (anexos) temos a relação das empresas e grupos financeiros mantenedores dos projetos executados pelo Instituto entre 1983 e 1993.

A partir da observação da relação de mantenedores do IL podemos observar que o discurso neoliberal, enquanto forma de gestão do capital, contempla os interesses das diferentes frações do capital, ainda que de forma distinta. Dessa forma, busca agregar desde o proprietário de pequenas fábricas ou empreendimentos comerciais, aos grandes conglomerados financeiros e industriais. Como afirma a historiadora Carla Luciana Silva, “o neoliberalismo será entendido como um processo, que vem sendo construído ao

*longo das últimas décadas, levando a modificações na gestão política, na reestruturação produtiva, na linguagem ideológica e na imposição de uma cultura única.”*²⁸

Assim, podemos ressaltar a presença de grandes grupos do sistema financeiro, como Bradesco, Banco Bamerindus do Brasil S/A, Banco Bozano Simonsen S/A, Banco Econômico S/A, Banco Nacional S/A, Citibank N.A; multinacionais, como Carrefour S/A; siderúrgicas, como Açonorte S/A, Riograndense S/A e ALCOA Alumínios S/A; grupos empresariais, como o já citado de Eike F. Batista e S/A Indústrias Votorantim; empresas do ramo petrolífero, como Ipiranga e Shell do Brasil S/A; além de veículos de comunicação, como a TV Globo LTDA. Apesar de se travestir em propagador de um discurso popular de diminuição das desigualdades e da miséria, o Instituto Liberal, na verdade, representa os interesses do bloco dominante da sociedade brasileira. Dessa forma, o grande objetivo do IL é a manutenção das mesmas elites e setores privilegiados que historicamente ocupam o poder.

(Des)naturalizando o discurso hegemônico neoliberal

Como afirma Daniel Capione, nessa conjuntura, os objetivos do bloco dominante estão muito mais relacionados à neutralização e o enfraquecimento po-

²⁸ SILVA, Carla Luciana Souza da. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002)*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2005, p. 12.

lítico e ideológico, a desorganização e a paralisia política, a retirada duradoura das classes subalternas da esfera pública. Toda intervenção “de massas” é vista como potencialmente perigosa para a “governabilidade” do sistema, que se percebe como estando ligada a uma apatia política que permitiria avançar rumo à utopia do “Estado mínimo”, fisicamente menos custoso e imunizado contra o perigo de abrigar organizações propensas a se tornar anticapitalistas ou, pelo menos, perturbar a lógica da acumulação.²⁹

Fica clara a importância de se perceber a influência do neoliberalismo no Brasil, não simplesmente na adoção de políticas impostas por países centrais do capitalismo, partindo do centro político decisório para, posteriormente, chegar à sociedade, mas também como uma *matriz ideológica* que foi difundida por determinados atores e, posteriormente, instrumentalizada em políticas adotadas pelo Estado, nos anos 90. Esse processo é resultado da ação de agentes, grupos sociais e instituições, que, por meio de estratégias de legitimação ideológica buscaram estabelecer seus valores como consenso. Nas palavras de Perry Anderson,

o neoliberalismo alcançou um êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos,

seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas (...) Este fenômeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes.³⁰

Se a ideologia neoliberal assume essa aparência de óbvia banalidade, é porque há todo um trabalho de doutrinação simbólica no sentido de hegemonizar essa visão de mundo como uma *doxa*. Dessa forma, este característico antiestatismo neoliberal tem procurado, nos seus mecanismos de doutrinação e na sua propaganda midiática, apresentar-se com uma “roupagem” popular, ao reforçar as noções de liberdade e modernidade como sendo verdadeiramente possíveis apenas na esfera privada, ou seja, na própria liberdade do mercado. Nesses termos, “o *sujeito político, que se define por sua história, identidade social e ação coletiva, transforma-se em mero agente econômico individual.*”³¹ Suprime-se, assim, a noção cidadania enquanto luta por direitos civis, políticos e sociais e, finalmente, reduz-se o cidadão a mero consumidor. Dessa forma, a atuação dos meios midiáticos, assim como de agentes e instituições como o Instituto Liberal, tem como objetivo naturalizar o discurso neoliberal como imprescindível ou, mais, como inevitável.

²⁹ CAPIONE, Daniel. Hegemonia e Contra hegemonia na América Latina. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 58.

³⁰ ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 23-24.

³¹ GROS, *op. cit.*, p. 88.

O grande segredo da eficácia simbólica do discurso está no fato de funcionar como *doxa*, isto é, como uma verdade tida como evidente e aceita sem ter a razão como princípio, aquilo que é pressuposto, posto aquém da luta e, mesmo da reflexão. É no universo produzido pela *doxa* que o sentido do mundo ganha força, não apenas na forma de representação das coisas, mas como um modo por meio do qual se pode ser, ver e agir no mundo, ou seja, um modo de pensar/agir socialmente incorporado como *habitus*.

Não foi nosso objetivo, em nenhum momento, atribuir a construção hegemônica do neoliberalismo no Brasil apenas à atuação de uma instituição, o Instituto Liberal. Nossa decisão em investigar a atuação do IL se cinge à busca por uma situação real, entre tantas outras iniciativas em meio à sociedade brasileira. Sendo assim, não estamos promovendo o papel do Instituto Liberal, como se este merecesse, sozinho, os créditos ou descréditos pela hegemonização do pensamento neoliberal no Brasil, mas exclusivamente como o estudo de um caso concreto, uma experiência a ser investigada.

Entendemos, por fim, que entre essa concepção de mundo extremamente consumista e a característica desarticulação política dos anos 90 no Brasil interpõe-se a hegemonia ideológica neoliberal, que amparou teoricamente e reconfigurou o conceito de cidadania. Este quadro é produto de uma intensa dinâmica de reconstrução discursivo-ideológica da sociedade,

processo este derivado da enorme força persuasiva de seus discursos, diagnósticos e estratégias argumentativas difundidas pelos meios de comunicação e por seus principais expoentes intelectuais. Dessa forma, o maior objetivo desse pequeno ensaio consistiu em analisar criticamente tais discursos, no sentido de tentar desnaturalizá-los. Como afirma Bourdieu “*contra essa ‘doxa’, parece-me, é preciso defender-se, submetendo-a à análise e tentando compreender os mecanismos segundo os quais ela é produzida e imposta.*”³²

Bibliografia

Conferências do Instituto Liberal

GHERSI, Enrique. *Lições de uma Economia Informal: o caso Peruano*. (Conferências do IL). Rio de Janeiro: Publicação do Instituto Liberal, 1988.

LEME, Og Francisco. *Sistemas Econômicos Comparados*. (Conferências do IL). Rio de Janeiro: Publicação do Instituto Liberal, 1988.

MERQUIOR, José Guilherme. *Algumas reflexões sobre os liberalismos contemporâneos*. (Conferências do IL). Rio de Janeiro: Publicação do Instituto Liberal, 1991.

PIÑERA, José. *Experiência Econômica no Chile*. (Conferências do IL). Rio de

³² BOURDIEU, *op. cit.*, 1994, p. 44.

Janeiro: Publicação do Instituto Liberal, 1990.

SIEGAN, Bernard H. *Proteção constitucional aos direitos econômicos e de propriedade*. (Conferências do IL). Rio de Janeiro: Publicação do Instituto Liberal, 1993.

SORMAN, Guy. *A solução Liberal*. (Conferências do IL). Rio de Janeiro: Publicação do Instituto Liberal, 1988.

STEWART JR, Donald. *A concorrência e a livre iniciativa*. (Conferências do IL). Rio de Janeiro: Publicação do Instituto Liberal, 1987.

_____. *Correntes do Pensamento Econômico*. (Conferências do IL). Rio de Janeiro: Publicação do Instituto Liberal, 1992.

TALAVERA, Arturo Fontaine. *Ninguém há de me obrigar a ser feliz a sua maneira*. (Conferências do IL). Rio de Janeiro: Publicação do Instituto Liberal, 1988.

TORRE, Armando de La. *Os Fundamentos do Liberalismo*. (Conferências do IL). Rio de Janeiro: Publicação do Instituto Liberal, 1988.

Periódico

Revista Instituto Liberal. “1983 – 1993 Instituto Liberal Os primeiros 10 anos”. Rio de Janeiro: Publicação do IL. Volume único, 1993, 1- 28.

Referências bibliográficas

ABREU, Haroldo. *Para além dos Direitos: Cidadania e Hegemonia no Mundo Moderno*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1995

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz - 11ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. *Raisons pratiques: sur la théorie de l'action*, Paris: Seuil, 1994.

_____. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

CAPIONE, Daniel. Hegemonia e Contra-hegemonia na América Latina. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CORTINA, Adela. *Cidadãos do Mundo: para uma teoria da cidadania*. São Paulo: Loyola, 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

DREIFUSS, René. *1964: A conquista do Estado; ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

GENTILI, Pablo. *Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis: Vozes, 2001.

GOMES, Angela de Castro. “Cultura Política e Cultura Histórica no Estado Novo”. In: ABREU, Martha, RACHEL, Soihet e GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura Política e Leituras do Passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GROS, Denise Barbosa. *Institutos Liberais e Neoliberalismo no Brasil da Nova República*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heureser, 2003. (teses FEE n. 6).

SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. (Virando Séculos; 7).

SILVA, Carla Luciana Souza da. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002)*. Cascavel: Edunioeste, 2009 col. Tempos Históricos, vol. 7.

_____. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002)*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2005.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

Tabela I: principais conferencistas e palestrantes do IL (1983 – 1993)

Alberto Benegas Lynch	Gabriel Zanotti	Mark Klugman
Alberto Oliva	George Bernard Sperber	Martin Krause
Alex Periscintto	George Fisher	Martin Waldenstron
Alexandre de Barros	Gustavo Krause	Max Schrappe
Álvaro Alsogaray	Guy Sorman	Nelson Jobin
Álvaro Pedreira de Serqueira	Hans-Herman Hoppe	Ney Prado
Amália Ruth Borges Schmidt	Henrique de Campos Meirelles	Octávio Bueno Magno
András Bosoki	Henrique Rattner	Odemiro Fonseca
Andrea Muniz Barreto Cury	Henry Maksoud	Og Francisco Leme
Anselmo Nakatani	Hermann H. Wever	Oliveiros da Silva Ferreira
Anton Karl Biederman	Hernan Büchi	Omar Carneiro da Cunha
Antonio Cabrera M. Filho	Hernando de Soto	Oscar Bernardes
Antonio Carlos Martinelli	Hernando José Gomez	Osiris Silva
Antônio Carlos Pôrto Gonçalves	Hernani Fortuna	Oswald D'Império
Antonio Delfim Neto	Horácio Penteado	Ottaviano Carlo De Fiore
Antonio Manoel da Silva Osório	Ian Boag	Paulo Guedes
Antonio Roberto Baptista	Ibrahim Eris	Paulo Rabello de Castro
Antonio Salgado Peres	Israel Kirzner	Petrônio Corrêa Filho
Armando de la Torre	Ives Gandra Martins	Petrônio R. G. Muniz
Arthuro Bullembourg	Ivoney Ioschpe	Pierre A.de Smedit
Bernard Siegan	Jacques Marcovitch	Ramon Diaz
Carlos Eduardo Moreira Ferreira	Jacy de Souza Mendonça	Reinhold Stephanes
Carlos J. Praderio	Jair Braga Marcatti Junior	Renata Zoudine
Carlos Longo	James Buchanan	Ricardo Barros
Carlos Roberto Faccina	Jayne Sirotsky	Ricardo Rojas
Carlos Sanchez	Jean-Luc Gregoire	Ricardo Zinn
Cássio Mesquita Barros	José Goldenberg	Richard Ebeling
Celso Martone	José Manuel Lopes da Silva Moreira	Richard Webb
Celso Ribeiro Bastos	José Maria Rodriguez Ramos	Roberto Campos
Cid Feijó Sampaio	José O. de Meira Penna	Roberto Cortes Conde
Cláudio Peçanha	José Roberto Araújo Cunha Jr.	Roberto Demeterco

Cláudio Thomaz Lobo Sonder	José Gerdau Johannpeter	Roberto Fendt Jr.
David Seader	José Wilson Simeira Jacob	Roberto Macedo
Donald Grace	José Guilherme Merquior	Roger Cowan
Donald Stewart Jr.	José Luiz Carvalho	Rolim Rodolfo Amaro
Earl Fry	José Piñera	Salim Mattar
Earle Scarlet	José Pio Martins	Sérgio Bergamini
Eduardo Giannetti da Fonseca	José Teófilo de Oliveira	Sérgio Carvalho
Edgard Mason Villalobos	Juan Carlos Cachanosky	Sérgio Kurim
Eduardo Marty	L. Francis Bouchey	Sérgio Silva do Amaral
Eduardo Zimmermann	Leonardo Nelmi Trevisan	Sílvio Guerra
Elizabeth Farina	Levy Leite	Staci Stich
Emílio Pacheco	Luciano dos Santos Gaino	Steve Antosh
Enrique Aguillar	Luis Paulo Rosemberg	Tadeu Silva da Gama
Enrique Gherzi	Luiz A. de Souza Aranha Machado	Tomaz Guedez Costa
Enrique Keilhauer	Luiz Alberto Peluso	Ubiratan Borges de Macedo
Estefano Ulandowski	Luiz Carlos Mandelli	Victor Mirshawka
Ezequiel Gallo	Maílson da Nóbrega	Waldemar Costa Filho
Félix M. Potapov	Manoel Augusto Teixeira	Walder de Góes
Fernando Fontana	Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Walter Nique
Fernando Ulhôa Levy	Manuel Ayau	Walter Tesch
Flávio Telles de Menezes	Marcílio Marques Moreira	Walter Williams
Francis Korn	Márcio Moreira Alves	Wayne France
Francisco de Araújo Santos	Marco Antônio Maciel	Werner Baer
Francisco Dornelles	Marcos Paulino	Wilson R. Vieira Ferreira
François Legleye	Maria Julia Alsogaray	
Franz Reimer	Mariano Grondona	

Fonte: Revista Instituto Liberal. “1983 – 1993 Instituto Liberal Os primeiros 10 anos”. Rio de Janeiro. Volume único: Publicação do Instituto Liberal, 1993, p. 14-15

Tabela II: mantenedores do Instituto Liberal (1983 – 1993)

ABOLIÇÃO VEÍCULOS S/A	CONSTRUTORA PELO-TENSE	NACIONAL TURISMO AGÊNCIA DE VIAGEM LTDA
-----------------------	------------------------	---

ABRAS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SUPERMERCADOS	CONSTRUTORA SULTEPA S/A	NUTRICIA S/A – PRODUTOS DIETÉTICOS E NUTRICIONAIS
ACUMULADORES MOURA S/A	COOPERS & LYBRAND, BIEDERMANN BORDASH AUDITORES INDEPENDENTES	NUTRIMENTAL S/A
ADMINISTRADORA CENT. COM. RECIFE	COOPERSUCAR	OLSEN VEÍCULOS S/A
AECB – ADMINISTRADORA DO EDIF. CENTRO CULTURAL DO BRASIL LTDA	CORBETTA S/A – IND. E COMÉRCIO	OLVEBRA S/A
ALBARUS S/A	CORUJÃO COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS LTDA	PADILLA INDÚSTRIAS GRÁFICAS S/A
ALCOA ALUMÍNIOS S/A	COSIGUA – CIA. SIDERÚRGICA DA GUANABARA	PAES MENDONÇA S/A
ALLIED AUTOMOTIVE LTDA	COTEMINAS – CIA. DE FIAÇÃO E TECIDOS NORTE DE MINAS	PARANÁ EQUIPAMENTOS S/A
AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL LTDA	CPL – CENTRO DE PROPAGANDA LTDA	PARANAPANEMA S/A
ANCAR EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS S/A	C.R. ALMEIDA S/A	PARISA PARTICIPAÇÕES LTDA
ÂNCORA AUTO VEÍCULOS LTDA	D' BORCCATH & CIA LTDA	PETROPAR S/A
ANDRÉ ROBERTO JAKURSKI	DEMETERCO & CIA LTDA	PIERRE ALEXANDER
APICE ENGENHARIA LTDA	DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS FAVRETO	PLASTIPAR IND. & COM. LTDA
APRAS – ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE SUPERMERCADOS	DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE PETRÓLEO IPIRANGA	PREDIAL E ADMINISTRADORA DE HOTÉIS PLAZA S/A
ARCA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS	DOW QUÍMICA S/A	PREVISE CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA
ÁREA DE ARQUITETURA E PROMOÇÕES	EBID – EDITORA PÁGINAS AMARELAS LTDA	QUAKER ALIMENTOS S/A
ARNO S/A	ECISA ENGENHARIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A	REFINAÇÕES DE MILHO BRASIL LTDA
ARTAX S/C LTDA	ELDORADO S/A COM. IND. IMPORTAÇÃO	REFRIGERAÇÃO PARANÁ S/A
ARTEFATOS DE BORRACHA RECORD S/A	ELETROFRIO S/A	RENNER FINANCIADORA S/A
ARTHUR ANDERSEN S/A	EMÍLIO ROMANI S/A	RHODIA S/A

ASTÓRIA PAPÉIS LTDA	ENCOL S/A	RIO DE JANEIRO REFRES- COS S/A
AUTOMATON S/A	ENGEPROD SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA	R.T. REPRESENTAÇÕES LTDA
AUTO VIAÇÃO NOSSA SE- NHORA DO CARMO S/A	ESCRITÓRIO LEVI C.V.M. LTDA	S.A. EDUCACIONAL POSI- TIVO
AVIPAL S/A AVICULTURA E AGROPECUÁRIA	ESTIL MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA	S.A. INDÚSTRIAS VOTO- RANTIM
BAHEMA S/A	EUCATEX S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	S.A. MOINHOS RIOGRAN- DENSES – SAMRIG
BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A	EUREKA LAVANDERIA LTDA	S.A. WHITE MARTINS
BANCO BOZANO, SIMON- SEN S/A	EXINVEST DO BRASIL	SAMARCO MINERAÇÃO S/A
BANCO DE CRÉDITO NA- CIONAL S/A	FININVEST S/A – CRÉDI- TO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS	SANBRA S/A
BANCO ECONÔMICO S/A	FIUZA CAMPOS REPRE- SENTAÇÃO DE PAPÉIS	SANDVIK DO BRASIL S/A
BANCO FENÍCIA S/A	FORJAS TAURUS S/A	SANTA LÚCIA PROPAGAN- DA E EMPREENDIMENTOS LTDA
BANCO NACIONAL S/A	GETHAL S/A – IND. E COM. DE MADEIRA COMPEN- SADA	SELECTAS S/A
BANCO NOROESTE S/A	HERMES MACEDO S/A	SERFINA S/A ADMINIS- TRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES
BANCO REGIONAL MAL- CON S/A	HOECHST DO BRASIL S/A	SERVENCO – SERVIÇOS DE ENGENHARIA CONTINEN- TAL S/A
BANCO SOGERAL S/A	HOJE IMÓVEIS LTDA	SERVOPA S/A
BELGA INDÚSTRIAS QUI- MICAS LTDA	HOME ENGENHARIA LTDA	SHARP S/A EQUIPAMEN- TOS ELETRÔNICOS
BERNECK & CIA	ICO COMERCIAL S/A	SHELL DO BRASIL S/A
BLUE LIFE A.M.S.P.	IMARIBO S/A	SIDERÚRGICA AÇONORTE S/A
BOLSA DE VALORES DO- PARANÁ	IMCOSUL S/A	SIDERÚRGICA GUAÍRA S/A
BOMBRILO S/A	IMPRESSORA PARANAEN- SE S/A	SIDERÚRGICA RIOGRAN- DENSE S/A
BOSTON AD. EMPR. LTDA	INCEPA IND. CERÂMICA PARANÁ S/A	SIEMENS S/A

BRADERCO S/A	INDETEX PRODUTOS QUÍMICOS LTDA	SIMEIRA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
BRASHOLANDA S/A	INDÚSTRIA PAPÉIS ARTE J.T. S/A – TOGA	SINDI – SISTEMA INTEGRADO DE DISTRIBUIÇÃO
BRASÍLIA GUAÍBA OBRAS PÚBLICAS	INDÚSTRIAS GESSY LEVER LTDA	SINOSCAR S/A
BRASWEY S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	INDÚSTRIAS GRADIENTE S/A	SLAVIERO HOTÉIS E TURISMO LTDA
BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A	INEPAR S/A	SODIMEX – SUL LTDA
C & A MODAS LTDA	ITAÚSA INVESTIMENTOS ITAÚ S/A	SOGENALDA LTDA
CAFÉ ALVORADA S/A	IVAI ENGENHARIA DE OBRAS S/A	SSC&B LINTAS BRASIL COMUNICAÇÕES LTDA
CARBEL S/A	J.I. CASE DO BRASIL	STANDARD, OGILVY/MATHER LTDA
CARREFOUR S/A	JOÃO DE CARVALHO SÁ	SUL-AMÉRICA – CIA. NACIONAL DE SEGUROS
CASA LYRA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S/A	JOHNSON E HIGGINS CORRETORES DE SEGURO LTDA	SUPERPESA CIA. DE TRANSPORTES ESPECIAIS E INTERMODAS
CASH – SOC. DE FOMENTO COMERCIAL LTDA	JOSÉ ALVES S/A IMP. E EXP.	SUSA S/A
CASTEVAL CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA	KAMINSKI PADARIA UNIVERSAL	TECIDOS VICENTE SOARES
CENTER NORTE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A	KUSMA & CIA LTDA	TERRAMAR CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA
CENTROS COMERCIAIS DO SUL	K.V.T. TURISMO	TEXACO DO BRASIL S/A
CENTRO DAS INDÚSTRIAS DO RS	LA VIOLETERA IND. COM. GEN. ALIMENT. LTDA	TRANSESP – TRANSPORTES ESPECIALIZADOS LTDA
CEVEKOL S/A	L.C. BRANCO EMPREENDIMENTOS IMOB.	TREVO INVESTIMENTOS
CHOCOLATE COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA	LLOYDS BANK PLC.	TROMBINI S/A
CIA. ANTARCTICA PAULISTA	LOBRÁS – LOJAS BRASILEIRAS S/A	TV GLOBO LTDA
CIA. BRASILEIRA DE PETRÓLEO IPIRANGA	LOCALIZA RENT A CAR	UMUARAMA HOLDING
CIA. DE AUTOMÓVEIS SLAVIERO	LOJAS IPÊ LTDA	UNIBANCO ADM. CORR. DE SEGUROS

CIA. DE FORÇA DE LUZ CATAGAZES-LEOPOLDINA	LONDON MULTIPLIC BANCO DE INVESTIMENTOS S/A	UNION CARBIDE DO BRASIL LTDA
CIA. FIAÇÃO DE TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA	LUNDGREN IRMÃOS TECIDOS S/A	UNISYS ELETRÔNICA LTDA
CIA. HABITASUL DE PARTICIPAÇÕES	MANUFACTURERS HANOVER ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A	USIBA – USINA SIDERÚRGICA DA BAHIA S/A
CIA. SUZANO DE PAPEL E CELULOSE S/A	MANZOLI S/A IND. E COMÉRCIO	VARIG S/A – VIAÇÃO AÉREA RIO GRANDENSE
CIASUL – INC. INV. E PARTICIPAÇÕES	MARCIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA	VASP S/A VIAÇÃO AÉREA DE SÃO PAULO
CIBA GEIGY QUÍMICA S/A	MENPHIS S/A	VEPLAN HOTÉIS E TURISMO S/A
CIMENTO TUPI S/A	MERLIN IND. E COM. DE ÓLEOS VEGETAIS	VEROLME – ESSALEIROS REUNIDOS DO BRASIL S/A
CITIBANK N.A	MESBLA S/A	VIAÇÃO AÉREA SÃO PAULO
CM INVESTIMENTOS LTDA	METAL CORTE E DOBRA S/A	VIAÇÃO NOVA SUÍÇA LTDA
CONFAB INDÚSTRIAL S/A	METALAC S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	VISAGIS S/A
COMPANHIA NESTLÉ IND. COM. LTDA	M.I. MONTREAL INFORMÁTICA LTDA	VITASUL ALIMENTOS LTDA
CONFAB INDUSTRIAL S/A	MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS S/A – MBR	VONPAR REFRESCOS S/A
CONCERVAS RITTER S/A	MINERVA DIMAX COM. FARMACÊUTICO LTDA	VOUPAR COM. DE AUTOMÓVEIS
CONSHOPPING CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA	MLM ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	XEROX DO BRASIL S/A
CONSTRUTORA CIMENTI-COUNSANDIER S/A	MOINHO RECIFE S/A EMP. E PART.	GRUPO EIKE F. BATISTA
CONSTRUTORA E INCORPORADORA DOCKHORN LTDA	MONTESE ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	MONTEIRO ARANHA S/A
CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT	MUSA CALÇADOS LTDA	

Fonte: Revista Instituto Liberal. “1983 – 1993 Instituto Liberal Os primeiros 10 anos”. Rio de Janeiro: Publicação do IL. Volume único, 1993, p. 27.

Submetido em: 9 de Junho, 2010

Aprovado em: 8 de Setembro, 2010